

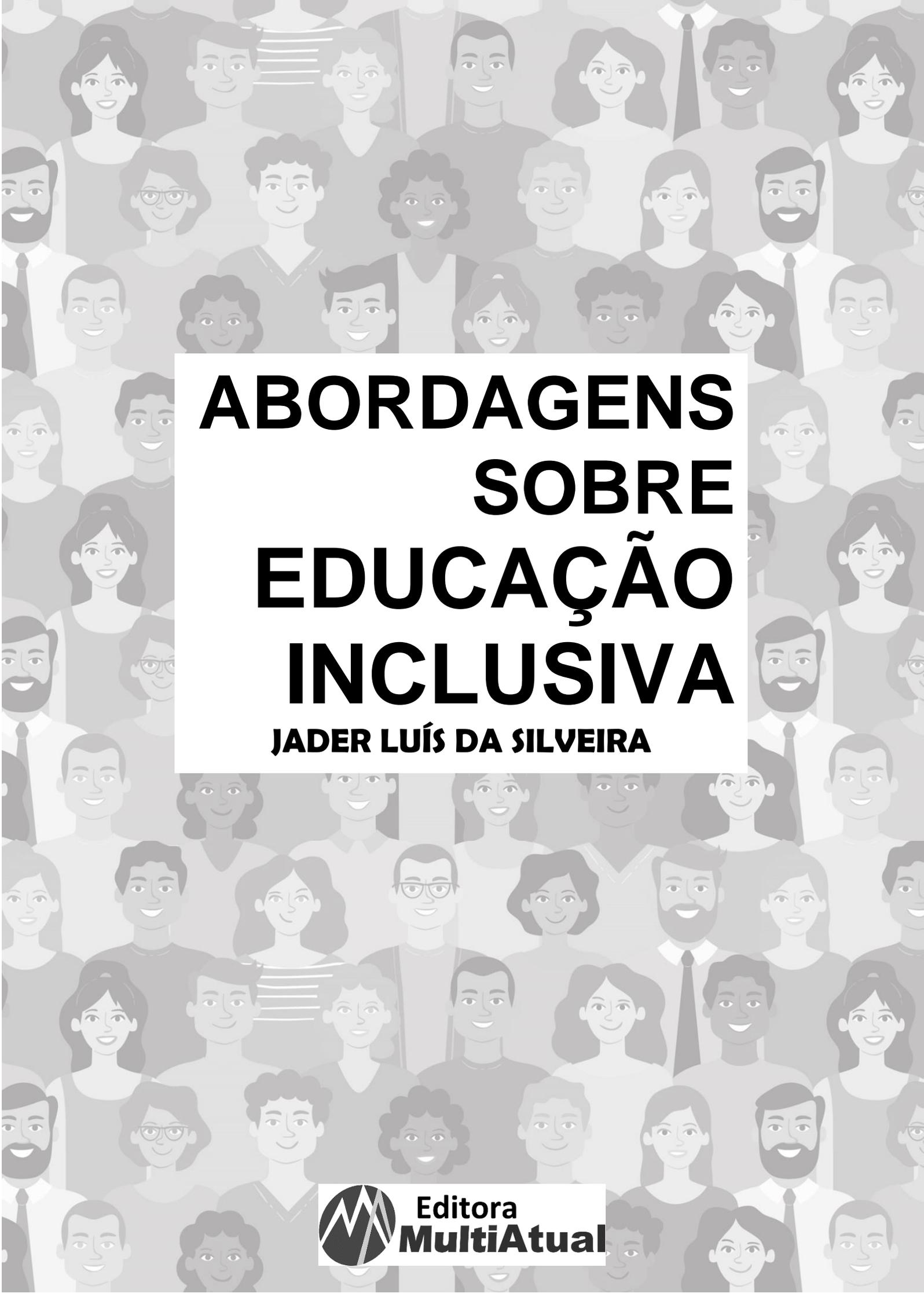


ABORDAGENS SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

JADER LUÍS DA SILVEIRA



Editora
MultiAtual

The background of the entire page is a repeating pattern of stylized, grayscale icons of diverse people. The icons represent various ethnicities, ages, and genders, all with neutral or smiling expressions. They are arranged in a grid-like fashion, creating a sense of a large, inclusive community.

ABORDAGENS SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

JADER LUÍS DA SILVEIRA



**Editora
MultiAtual**

© 2020 – Editora MultiAtual

www.editoramultiatual.com.br

editoramultiatual@gmail.com

Organizadora e Editora Chefe: Resiane Paula da Silveira

Editoração: Editora MultiAtual

Imagens, Arte e Capa: Freepik / Arquivo

Revisão: O próprio autor do texto

Conselho Editorial

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Me. Glauber de Araújo Barroco Lobato, Fundação Getúlio Vargas, FGV

Esp. Ricael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Esp. Alessandro Moura Costa, Ministério da Defesa - Exército Brasileiro

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Silveira, Jader Luís da
SS587s Abordagens Sobre Educação Inclusiva / Jader Luís da Silveira. –
Formiga (MG): Editora MultiAtual, 2020. – (Abordagens Sobre
Educação Inclusiva; v. 1). 26 p.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-993373-0-7

1. Educação. 2. Inclusiva. 3. Abordagens. I. Silveira, Jader Luís da.
II. Título.

CDD: 370.71
CDU: 37/49

*Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam
responsabilidade de seus autores.*

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os
fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora MultiAtual
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
www.editoramultiatual.com.br
editoramultiatual@gmail.com
Formiga - MG
Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Apresentação

Seja bem-vindo leitor a publicação do e-book “Abordagens Sobre Educação Inclusiva”. A organização desta coletânea envolve um conjunto de textos e artigos científicos da área de Educação Inclusiva escritos e revisados por um grande pesquisador da área.

Os conteúdos dos capítulos apresentam relevância sobre os temas abordados diante o meio de pesquisa e/ou objeto de estudo. Desta forma, esta reunião de artigos no formato de coletânea tem como um dos objetivos garantir a visibilidade destes conteúdos científicos por meio de um canal de comunicação, como o formato de e-book.

Este e-book conta com abordagens simples, fáceis de entendimento e com uma visão de um professor estudioso não apenas sobre a Educação Inclusiva, mas também da Educação em Geral, verificando diversos objetos de estudo e metodologias de pesquisa aplicadas.

SUMÁRIO

POTENCIAIS DIFICULDADES E FACILIDADES NA EDUCAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL	7
A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA	11
SUPERANDO O PARADIGMA DA DIVISÃO ENTRE ALUNOS NORMAIS E ALUNOS ESPECIAIS SEM DEIXAR DE RECONHECER AS DIFERENÇAS QUE CONVIVEM NA ESCOLA	14
A SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS PELO OLHAR DO PROFESSOR QUE ALI TRABALHA	17
A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA SOCIEDADE E NA ESCOLA	21
REFERÊNCIAS	24
O Autor.....	25



CAPÍTULO 1

POTENCIAIS DIFICULDADES E FACILIDADES NA EDUCAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL

Santos (2012) relata que “a Educação na área da deficiência intelectual deve atender às necessidades educacionais especiais sem se desviar dos princípios básicos da Educação proposta às demais pessoas”. Para tanto, a escola deve ser vista como um espaço democrático onde todos os alunos possuem os mesmos direitos aos estudos e a Educação de qualidade.

Observa-se avanços no cotidiano escolar dos discentes com deficiências, como a implantação de políticas públicas, instalação de equipamentos na estrutura física das instituições de ensino e outras ações nesse sentido. Entretanto, o que foi conquistado até aqui representa muito pouco do que é necessário para que a inclusão ocorra

de fato. As escolas não têm recebido os recursos necessários para que sejam verdadeiramente ambientes inclusivos, bem como não há um sistema de capacitação e formação continuada para o professor saber lidar com novas tecnologias e trabalhar com a inclusão de alunos com deficiências.



A escola deve ser progressivamente preparada para aceitar alunos com deficiência e, mais do que isso, garantir o desenvolvimento adequado das capacidades intelectuais e cognitivas. Para que seja implantada, os governos possuem grande influência, de forma que a Educação Inclusiva deve estar no topo das prioridades políticas e financeiras. Políticas públicas devem prever recursos financeiros que venham favorecer que a inclusão dessas pessoas saia do papel e se torne uma realidade, pois demanda professores capacitados, ambientes adaptados, recursos materiais e/ou tecnológicos que facilitem o ensino e o aprendizado desses alunos.

Dentre as várias sugestões propostas por Santos (2012), destaca-se as atividades “em que seja possível definir ou reforçar a identidade do aluno; [...] que permita a acessibilidade ao ambiente físico e a acessibilidade instrumental; [...] com práticas motivadoras, alegres e afirmativas; com estratégias ricas em estimulação e diversificadas quando necessário (por exemplo, recursos audiovisuais,

objetos de diferentes materiais, cores e texturas); [...] que integre o desenvolvimento das inteligências múltiplas nas áreas: da comunicação, musical, lógico-matemática, espacial, cinestésica, interpessoal e intrapessoal”.

Entretanto, a Nova Política Nacional de Educação Especial de 2020 já pode ser considerada como um retrocesso. A PNEE deixa a critério dos pais a definição sobre se preferem matricular seus filhos em escolas ou classes comuns inclusivas, especiais ou específicas, fazendo com que ocorra de fato, a exclusão no lugar inclusão.

Diante das mudanças propostas pela nova política e tendo como base as ideias de Santos (2012), a escola deve ser um espaço inclusivo em todos os âmbitos, de forma que discentes e docentes devem participar de atividades que possibilitem a integração do conhecimento, com a participação de toda a classe, com diferentes perspectivas que abrangem a valorização das experiências, vivências trazidas por todo o grupo.

Quando a criança é colocada num contexto em que ela pode participar e interagir, sendo especial ou não, ela tem a oportunidade potencializar suas aprendizagens. Quando ela interage com outras crianças, ela melhora a comunicação, os processos sociais e emocionais são potencializados. Porque a Educação também é conviver com o outro. A lei citada anteriormente traz uma série de aberturas que não garantem esse direito à aprendizagem no sentido de escola inclusiva, no sentido de eu estar junto com o outro.

Ressalta-se a importância dos professores buscarem capacitações, acreditar e, principalmente, aceitar a inclusão, tornando, assim, a sua sala de aula um ambiente propício à construção do conhecimento, tanto do aluno com necessidades especiais, quanto dos demais. Portanto, a escola como espaço inclusivo deve considerar

como seu principal desafio, o sucesso de todos os alunos, sem nenhuma exceção.





CAPÍTULO 2

A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

As transformações da sociedade vêm ocorrendo de forma constante, em todos os campos, como tecnologias e as relacionadas as pessoas com necessidades especiais, bem como a inclusão de pessoas com necessidades especiais nas escolas, em especial os deficientes visuais. Sabendo-se que as instituições não se responsabilizam apenas pela geração de lucro, mas também com papel político e social. E a partir disso o tema da inclusão torna-se tão necessário no cenário atual.

A inclusão é interesse dos alunos com deficiência auditiva, mas além desse grupo específico, é um interesse público, de todos os integrantes da sociedade. Com a inserção do aluno na escola regular, busca-se a exigência de uma instituição pautada em novos posicionamentos e procedimentos. O processo de ensino-

aprendizagem passa a ter a necessidade de ser baseado em concepções e práticas pedagógicas mais evoluídas, além de mudanças na atitude de professores.

O desafio dos estudantes com deficiência auditiva inicia-se na família, devido à falta de preparo e conhecimento sobre a questão. Já quando o discente chega ao âmbito escolar, encontra um ambiente carente de recursos que atendam às necessidades educativas especiais do grupo. Mesmo que o sistema escolar apresente responsabilidade inclusiva instituída e embasada pelas legislações que tratam sobre o tema, na prática, requer equiparação ao ensino dado aos alunos ouvintes e maior desempenho para reverter este quadro.

Os docentes também não possuem o devido preparo para trabalhar com a inclusão de alunos com deficiência auditiva, ligada à ausência de capacitação, formação continuada, materiais e instrumentos adequados para o desenvolvimento de um trabalho com qualidade para todos. Sobre a Educação Inclusiva, Oliveira (2012) salienta que:

[...] a escola inclusiva deve atender às necessidades de "todos" e quaisquer alunos, nessa escola, as atitudes enfatizam uma postura não só dos educadores, mas de todo o sistema educacional. Uma instituição educacional com orientação inclusiva é aquela que se preocupa com a modificação da estrutura, do funcionamento e da resposta educativa que se deve dar a todas as diferenças individuais, inclusive às associadas a alguma deficiência em qualquer instituição de ensino, e em todos os níveis de ensino. (OLIVEIRA, 2012, p. 95).

Existe também uma lei, a nº 13.146/2015 conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, visando assegurar as pessoas com necessidades especiais em questões como saúde, educação, moradia e trabalho. Assim, o acesso da pessoa com deficiência na escola.

Os modelos de avaliação e promoção dos alunos para séries e níveis de ensino devem tornar-se mais avançados, pois a inclusão submete os professores ao aperfeiçoamento e à capacitação profissional e questiona a qualidade da formação dos alunos.

Faz-se necessário que a escola facilite, através dos materiais, espaços físicos e profissionais habilitados, a adaptação de alunos com deficiência auditiva e, é preciso que haja um amplo trabalho de conscientização de direitos e deveres para que a legislação possa ser cumprida e todos tenham resguardado o seu direito à cidadania.

O professor tem o dever de acionar os órgãos competentes quando os direitos desses e de outros alunos com necessidades educacionais especiais não são garantidos, mas muitas vezes, infelizmente, não cumprem esse dever por trabalhar para o próprio sistema que deveria garantir a eficácia do seu trabalho. A educação brasileira precisa ser estruturada adequadamente, com sistemas de organização educacional que funcionem de forma eficaz.



CAPÍTULO 3

SUPERANDO O PARADIGMA DA DIVISÃO ENTRE ALUNOS NORMAIS E ALUNOS ESPECIAIS SEM DEIXAR DE RECONHECER AS DIFERENÇAS QUE CONVIVEM NA ESCOLA

As diferenças e diversidades são elementos existentes em diferentes âmbitos, seja eles profissionais, acadêmicos, sociais, culturais ambientais, etc. Conviver e saber lidar com diferença e diversidade é tarefa complexa para ingresso na compreensão, em debates, enfim, na prática. Contudo, no âmbito educacional e pedagógico, as diferenças e diversidades tornam-se temas em nível mais elevado de complexidade e de fazer acontecer.

A Educação Inclusiva é um tema que sempre fez parte dos diferentes projetos, de políticas públicas, da legislação e assunto debatido nos corredores escolares entre professores e gestores. Tais debates e legislações não trazem, entretanto, a necessidade de aplicação prática e urgente nas escolas, o que fez com que o assunto seja uma pauta constante na história e na atualidade da Educação.

A perspectiva de rompimento de classes de alunos normais e especiais, a Educação Inclusiva leva ao direito da diferença, conforme menciona Ropoli (2010). A questão da diversidade é peça chave do processo educativo, em respeito aos aspectos culturais, sociais e ambientais. Entretanto, a diferença representa um direito a totalidade do grupo de alunos, promovendo a participação efetiva, coletiva e colaborativa de todos os discentes, gerando a inclusão.

Fazer acontecer a Educação Inclusiva envolve o conhecimento do Professor ao conduzir as suas aulas com as diferenças, mesmo que não tenha o devido preparo. Não há como fornecer um preparo para o docente lidar e trabalhar com a Educação Inclusiva, até porque esse é um processo que se aprende constantemente, seja pelas trocas de experiências com outros colegas professores, seja com as vivências em sala de aula com o convívio dos estudantes. A formação continuada e a capacitação para o docente são consideradas ferramentas essenciais para o melhor desenvolvimento dos trabalhos. Mas apenas a formação não é o bastante, o fundamental são as práticas adquiridas ao longo do tempo de magistério.

A participação de todos os integrantes da escola deve ser efetiva, abrangendo pais, alunos, gestores, supervisores e toda a comunidade escolar em ações como a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP), que é um documento norteador e visto como uma ferramenta de alto potencial para a implantação prática da Educação Inclusiva em uma instituição de ensino. Tal implantação deve ser realizada para que

a escola seja uma instituição aberta, capaz de receber todos os grupos, perfis e tipos de alunos, garantindo ensino de qualidade, respeito as diferenças e visando a inclusão de todos, conforme cita Ropoli (2010).

Importante ressaltar que a atual legislação vigente que abrange a Educação Inclusiva possui ótima fundamentação, fornece bases sólidas para a implantação, desenvolvimento e continuação da inclusão nas diferentes instituições do país. As políticas públicas nesse sentido devem garantir esse direito aos estudantes, bem como os responsáveis pela Educação e a própria comunidade escolar devem buscar a efetivação desse direito de todos. A garantia dos direitos, do convívio com as diferenças, além da própria Educação de qualidade é um aspecto constitucional, fazendo com que estudantes tenham um ensino de qualidade para todos, além de visar a melhoria e desenvolvimento da nação.



CAPÍTULO 4

A SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS PELO OLHAR DO PROFESSOR QUE ALI TRABALHA

A sala de recursos multifuncionais é um ambiente que possui equipamentos específicos para o oferecimento de atendimento educacional especializado, contando com materiais pedagógicos elaborados especialmente para o público que recebe. Esse espaço promove ações pedagógicas democráticas, de forma participativa de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular. A sala tem como objetivo, complementar ou suplementar aos estudantes que buscam na Educação Inclusiva, o seu direito da diferença, de forma que assegure as condições para a continuidade dos estudos nos próximos níveis de ensino que vierem a frequentar.

No âmbito de legislações relacionadas a Educação Inclusiva, que estabelecem normas para o funcionamento da sala de recursos multifuncionais, bem como a oferta do atendimento educacional especializado, há um alto padrão de excelência, visto que leis, decretos, resoluções e demais documentos oficiais tratam do tema de forma séria e abrangente. Entretanto, a legislação em muitas vezes não se traduz em práticas efetivas e inclusivas, da forma que deveria realmente ocorrer. Importante ressaltar que muitos avanços são percebidos, muitas conquistas foram obtidas, mas em minha opinião, ainda há muito o que se fazer.

A inclusão em sua totalidade deve abranger a adaptação de espaços físicos de acordo com os perfis de alunos que a instituição de ensino possui, preparação constante de professores e profissionais de educação através de formação permanente e capacitação continuada. Promover a inclusão envolve a participação de todos os atores da comunidade escolar, de forma que exclusão não ocorra em nenhuma de suas formas: digital, social, cultural, financeira, etc.

Vale ressaltar que, alunos que hoje necessitam de alguma forma de inclusão, possuem hoje uma estrutura e um apoio melhor que em tempos atrás. Entretanto isso ainda não pode ser considerado com um padrão de alta qualidade e sim, um ponto a ser melhorado e aperfeiçoado, por meio de políticas públicas, participação ativa da comunidade escolar em documentos oficiais, como o Projeto Político Pedagógico (PPP) e em todas as atividades de inclusão na escola. Somente assim, teremos avanços e melhorias para que a Educação Inclusiva seja implantada de forma efetiva e eficaz.

Outro ponto importante é a formação continuada para todos os integrantes da comunidade escolar, seja professor ou professor de educação especial nas salas de recursos multifuncionais (SRM), bem como de demais funcionários e equipe gestora, que apresenta grande

importância para a promoção da Educação Inclusiva de forma prática e efetiva. O Professor em si, já tem como essência um profissional que tem nos estudos e na pesquisa, atos cotidianos. Contudo, para atuar na Educação Inclusiva torna-se necessário uma formação continuada e capacitação permanente, para que a inclusão ocorra de fato. Além disso, também é a articulação e diálogo entre professor regular e professor de educação especial nas salas de recursos multifuncionais, para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra de forma harmoniosa e com sucesso para os discentes.



As políticas públicas, bem como a adaptação de espaços físicos e materiais didáticos para o alunado também são estratégias importantes no sentido da inclusão no âmbito educacional e pedagógico. A inclusão só acontece de fato se não existe exclusão. Mesmo que seja redundante ou clichê, é o que necessita ser feito em todas as instituições de ensino.

Promover a Educação Inclusiva em contra turno só faz acontecer a exclusão, pois o estudante acaba sendo excluído da totalidade de sua turma, além de não ter um real diálogo com os seus colegas. Além disso, os próprios professores (turno e contra turno) não dialogam,

fazendo com que sejam dois processos educativos diferentes. A Educação Inclusiva deve ocorrer na totalidade, para todos, com a participação efetiva e ativa de todos os atores da escola. Não há como promover inclusão quando ainda está presente a exclusão. Esse é um desafio para todos e deve ser imediato.





CAPÍTULO 5

A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA SOCIEDADE E NA ESCOLA

A sociedade em si, deveria ser um ambiente de forte inclusão, onde diferentes atividades do cotidiano são realizadas com o auxílio das diferentes pessoas que nos cercam. Entretanto, não é o que realmente acontece, tendo em vista que as camadas da exclusão passam pelos diferentes setores: social, cultural, digital, racial, entre outros. A inclusão ainda não é um ato praticado pela grande parcela da população.

A inclusão deve ser iniciada na escola, visto que a instituição de ensino é um espaço democrático, onde os diferentes sujeitos podem ser agentes multiplicadores das ideias, bem como levar tal prática para a comunidade interna e externa da escola. A Educação Inclusiva nesse

aspecto, surge como um direito a diferença dos diferentes discentes, além de ser uma importante ferramenta para fazer da escola, um ambiente participativo.

O projeto político pedagógico (PPP) é uma forma de participação de toda a comunidade escolar para que a Educação Inclusiva seja implantada de forma efetiva e eficaz. Além do PPP, que é um documento dedicado exclusivamente para uma instituição de ensino, a sociedade deve participar da elaboração e avaliação de políticas públicas que tenham como base, a inclusão em todos os espaços.

Pessoas com necessidades especiais são sujeitos essenciais na sociedade, como qualquer outra pessoa, que pode estudar, trabalhar, relacionar com outras pessoas, etc. Participar da sociedade é um direito constitucional de todos, interpretado como a igualdade e participação nos diferentes setores do dia a dia.



As políticas públicas, desde a sua elaboração, passando por todo o seu ciclo até o momento da sua implantação e avaliação devem ser instrumentos fundamentais para que as pessoas com necessidades especiais possam de fato serem incluídas na sociedade. Além das próprias políticas públicas, as adaptações de ambientes e demais aspectos cotidianos, são essenciais para que angústias e anseios de pessoas que possuam algum tipo de necessidade especial, sejam diminuídas, possibilitando uma vida exatamente igual a de todos, como trabalhar, namorar, formar família, etc.

A esperança de ambientes realmente inclusivos, de forma ampla e prática, deve ser um desejo de toda a sociedade. A Educação Inclusiva deve ser mais que um direito, tornando-se efetiva em sua implantação. A partir do momento que o mundo realmente for inclusivo, as nações serão desenvolvidas, com respeito ao próximo, fazendo com que todos sejam iguais, na forma da lei e no convívio diário.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Fabiana Barros. Desafios na inclusão dos surdos e o intérprete de Libras. **Revista Diálogos & Saberes**, v. 8, n. 1, 2012.

PASIAN, Mara Silvia. MENDES, Enicéia Gonçalves. CIA, Fabiana. Atendimento Educacional Especializado: Aspectos da Formação do Professor. **Cadernos de Pesquisa**. v.47, n.165, p.964-981, jul./set. 2017.

ROPOLI, Edilene Aparecida. et al. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Fortaleza. Universidade Federal do Ceará, 2010.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015** - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2015.

SANTOS, Daísy Cléia Oliveira dos. Potenciais dificuldades e facilidades na Educação de alunos com deficiência intelectual. **Educação e pesquisa**, São Paulo. v. 38, n. 4, p. 935-948, 2012.

PROMOVA A INCLUSÃO

**INCLUSÃO SE FAZ NA
PRÁTICA, POR
TODOS!**



O Autor



JADER LUÍS DA SILVEIRA

Possui Graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG, MBA Executivo em Saúde pela Universidade Candido Mendes - UCAM, Especialização em Análises Clínicas e Microbiologia pela Universidade Candido Mendes - UCAM, Especialização em Uso Educacional da Internet pela Universidade Federal de Lavras - UFLA, Especialização em Gestão de Instituições Federais de Educação Superior na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Especialização em Docência com Ênfase na Educação Básica pelo Instituto Federal Minas Gerais - IFMG e Especialização em Docência com Ênfase na Educação Inclusiva, pelo Instituto Federal Minas Gerais - IFMG. Fundador e Membro do Conselho Editorial da Revista MultiAtual - ISSN 2675-4592.

Tem experiência como Professor no Ensino Fundamental, Médio e Técnico na Rede Estadual de Ensino, além de Tutor a Distância nos cursos de formação continuada e Pós-graduação no IFMG. É Fundador e Diretor Geral do Grupo MultiAtual Educacional e das escolas integrantes.



ISBN 978-65-993373-0-7



 **Editora
MultiAtual**